

# Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo recua e vai tratar do Perse e da reoneração municipal em projeto ..... 3

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Conceder autonomia financeira ao Banco Central seria um avanço (Editorial)..... 5

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Os próximos passos da taxação dos super-ricos - LU AIKO OTTA..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara Superior do Carf mantém autuações fiscais bilionárias sobre uso de ágio interno  
..... 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
SEGURIDADE SOCIAL

Inteligência artificial antifraude pode gerar economia de R\$ 1,8 bi..... 10

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Ouvidos moucos para o rombo da Previdência - ZEINA LATIF..... 11

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
SEGURIDADE SOCIAL

Concentração de renda no país dá sinais de queda, mostra estudo..... 13

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

A corrida da reforma tributária - DIRETO DE BRASÍLIA..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Cashback' e a ilusão tecnocrática (Artigo)..... 16

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alckmin promete investimento de R\$11 bilhões da Toyota no Brasil (Investimento)..... 17

FOLHA ONLINE - SP - CONGRESSO NACIONAL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Congresso articula limitar poder do governo sobre imposto criado por reforma tributária  
..... 18

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desoneração da folha assegura emprego e renda - COLUNA SECOVI..... 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

China determina meta de crescimento em 5% para 2024..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Desigualdade na AL segue alta mesmo após impostos..... 23

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

O risco do rápido aumento do crédito a Estados e municípios (Editorial)..... 24

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

De olho na economia verde, Finlândia busca estreitar parceria com Brasil ..... 26

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Mercado reduz projeção de inflação e eleva a do PIB ..... 28

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
ECONOMIA

Galípolo vê penalidade com fim de plural na sinalização do BC ..... 29

# Governo recua e vai tratar do Perse e da reoneração municipal em projeto

**FERNANDA TRISOTTO SHEYLA SANTOS / COLABORARAM IANDER PORCELLA e GIORDANNA NEVES/BRASÍLIA**

O governo decidiu que enviará ao Congresso um projeto de lei com urgência constitucional para tratar do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse) e da contribuição previdenciária especial para municípios, afirmou ontem o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Trata-se de mais um recuo do governo em relação à Medida Provisória (MP) 1.202, editada no fim do ano passado, que também propunha a reoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia. Esse trecho foi retirado da MP, na semana passada, em razão da forte reação do Congresso e de representantes do setor privado.

A reoneração foi encaminhada ao Congresso na forma de projeto de lei. Os demais trechos da MP haviam sido mantidos.

Agora, a retomada da tributação sobre o setor de eventos, beneficiado no início da pandemia com o Perse, e a contribuição previdenciária especial para municípios também serão tratadas em outro projeto de lei. A decisão foi anunciada por Haddad após reunião com o presidente da Câmara, Arthur Lira (Progressistas-AL), e líderes da Casa.

**NOVA VERSÃO.** Segundo o ministro, o projeto de lei irá propor uma versão do Perse mais focada nos setores que mais precisam - e não na extinção imediata do programa. A proposta será encaminhada com urgência constitucional, que dá prazo de 45 dias para o Congresso avaliar o texto. Isso permitirá que a discussão ocorra no período de vigência da MP, que vai até maio, enquanto o PL terá de ser votado em abril.

Haddad afirmou que, apesar da retirada de alguns trechos, a MP 1.202 ficará valendo para a medida que limita as compensações tributárias decorrentes de decisões judiciais.

Segundo o ministro, tanto no caso do Perse quanto na desoneração da folha de pagamento ainda é preciso remodelar os projetos para saber o tamanho que terão. Só após disso é que será possível definir o

custo dos programas.

Na reunião de ontem, Haddad disse que apresentou a Lira e aos líderes números do Perse da **Receita Federal**. "Em 2022, nós tivemos mais de R\$ 10 bilhões de renúncia fiscal para o Perse e, em 2023, mais R\$ 13 bilhões em renúncia para o Perse, já expurgadas as eventuais inconsistências dos informes dos próprios contribuintes.

Mandei fazer um pente-fino bastante rigoroso para termos ideia do quanto está custando o Perse por ano", explicou.

Ele reiterou que esses são os números informados pelo contribuinte, e que a Receita ainda pode ampliar a apuração mediante fiscalização. Desde a edição da MP, no último dia útil de 2023, governo e empresas do setor travam uma disputa sobre o custo real do programa.

O impacto fiscal inicial foi estimado pela equipe econômica em R\$ 4,4 bilhões por ano, mas seu custo provou ser bem superior - Haddad chegou a falar em R\$ 17 bilhões em 2023. Já um estudo da consultoria Tendências, feito a pedido do setor, avaliou que o valor não teria passado de R\$ 6,5 bilhões.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, parlamentares defendem criar uma espécie de limite de faturamento - valor ainda em análise - para que companhias possam ingressar no programa. Hoje, os requisitos para que empresas sejam beneficiadas são apenas desempenhar atividade no setor de eventos e ter sua Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) enquadrada na lei. Outra proposta é incluir trecho que proíba que empresas geridas por fundos possam ser beneficiadas.

\*

Desidratada

O que muda na MP 1.202 com os recuos do governo

I Na semana passada, em meio à reação negativa de parlamentares e empresas, o governo recuou e tirou da MP o trecho que tratava da reoneração de 17 setores da economia, que têm uma alíquota menor para as contribuições previdenciárias desde 2011

| Ontem, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) anunciou que outras duas medidas também serão retiradas do texto da MP: a que encerrava a vigência do Perse, programa especial criado durante a pandemia da covid-19 para ajudar o setor de eventos; e a que eliminava a desoneração da folha de pagamentos de prefeituras de cidades com até 142 mil habitantes. Esses dois temas agora serão tratados em projetos de lei que serão enviados ao Congresso

| Diferentemente da reoneração dos 17 setores, que foi revogada, as suspensões do Perse e da desoneração dos municípios previstas na MP continuam valendo até que os projetos de lei sejam aprovados pelo Congresso

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Conceder autonomia financeira ao Banco Central seria um avanço (Editorial)

O debate no Senado sobre a necessidade de ampliar a autonomia do Banco Central (BC) é necessário. O BC conquistou autonomia operacional em 2021, quando passou a valer a regra de mandatos fixos de quatro anos para presidente e diretores, não coincidentes com o do presidente da República. Depois de três anos, já ficou claro o sucesso da medida, que garantiu eficácia no combate à **inflação** apesar da mudança turbulenta de governo. Agora é preciso dar um novo passo e garantir à autoridade monetária autonomia financeira, como ocorre nas economias avançadas.

Conhecido há décadas como foco de excelência na burocracia federal, o BC, cujos recursos dependem da União, tem visto seu corpo técnico esfacelar. "O Banco Central está derretendo", afirmou seu presidente, Roberto Campos Neto, em evento recente no Supremo Tribunal Federal. Diferentemente do que acontece com similares nos Estados Unidos, Canadá ou Austrália, o BC continua à mercê de decisões do governo para financiamento e política de recursos humanos. O resultado é a debandada de servidores insatisfeitos (houve até uma greve recente). Com a saída de quadros qualificados, vários projetos correm risco, como a moeda digital ou o acesso a contas bancárias a partir de plataformas diferentes.

Tal situação precisa ser corrigida. E o que tenta fazer a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 65/23, do senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), que muda o regime jurídico do BC. Ele deixaria de ser uma autarquia e passaria a ser uma empresa pública. Ganharia assim independência financeira, sob supervisão do Congresso e do Tribunal de Contas da União (TCU), mas sem vínculo com ministérios ou qualquer órgão da administração pública.

No caso do BC, isso faz sentido porque, ao contrário de outras autarquias como a **Receita Federal**, ele na prática funciona como qualquer instituição financeira. Publica balanços periódicos, gere ativos e passivos e auferes receitas próprias em suas operações. A PEC 65/ 23 abre caminho para garantir que também possa aplicar uma política própria de recursos humanos. Como o BC tem missão crítica na economia, é fundamental que seja mantida a supervisão. Mas os argumentos levantados pelos opositores da autonomia financeira não fazem sentido.

A deputada Gleisi Hoffmann (PT-PR) afirmou que a PEC quer "submeter o Brasil a uma ditadura monetária". A expressão é descabida. Não há notícia de revolta entre canadenses ou australianos sobre qualquer "autoritarismo" de seus bancos centrais. Outros opositores dizem **temer** que o BC adote uma política salarial exageradamente favorável ao corpo técnico. Mas isso poderia ser resolvido incluindo regras de contenção na PEC. Por fim, há quem fale em efeito cascata, com outras autarquias seguindo os passos do BC. Mas nenhuma tem as mesmas características, que permitem ao BC funcionar como empresa autônoma. Tudo levado em conta, a autonomia financeira seria um avanço que garantiria maior eficácia na vigilância do sistema financeiro e no combate à **inflação**.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Os próximos passos da taxação dos super-ricos - LU AIKO OTTA

## LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail: lu.aiko@valor.com.br

Nos bastidores do Ministério da Fazenda, comemorase a boa recepção internacional à proposta de se criar uma taxa mínima global sobre os super-ricos, apresentada na semana passada, durante a reunião de ministros de finanças e presidentes de bancos centrais do G20. Ao apadrinhar um tema de grande apelo popular mundo afora, o ministro Fernando Haddad cravou uma marca para a presidência brasileira no bloco das principais economias do planeta.

Mas esse foi, basicamente, um balão de ensaio: a proposta ainda precisa ganhar carne e osso, e só então eventuais resistências aparecerão.

O ex-secretário da **Receita Federal** Everardo Maciel foi taxativo em sua conversa com a coluna: "Não tem a mais remota possibilidade de prosperar".

Por ora, o Brasil tratou de "abrir uma porta e colocar a boca no mundo", segundo define um integrante da equipe econômica. Nisso, avalia-se que foi bem-sucedido.

Na visão de membros de sua equipe, Haddad ocupou um lugar que lhe seria natural: liderar o debate global sobre tributação, depois de haver desencilhado, no Brasil a **reforma tributária**, que estava em discussão havia mais de 30 anos. E de aprovar leis que mudaram a tributação sobre a renda nos fundos de investimento fechados e nos fundos offshore, ambos utilizados pelos super-ricos.

Um trunfo que ampliou a visibilidade internacional da proposta foi ter trazido ao Brasil o diretor do Observatório Fiscal da União Europeia, Gabriel Zucman. Ele é autor de uma proposta de taxar os super-ricos em 2% e uma referência em sua área. Recebeu recentemente a medalha John Bates Clark, considerada a segunda premiação mais prestigiosa após o prêmio Nobel,

Os próximos passos envolvem ampliar a rede de apoios internacionais à proposta. Como disse Zucman em entrevista a Marcelo Osakabe, deste jornal, a

adesão de um número importante de países será suficiente para colocá-la em funcionamento. Não seria necessário um consenso global, na sua visão.

A busca de apoios será intensificada durante a segunda reunião de ministros de finanças do G20. Ocorrerá em paralelo à reunião de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, marcada para os dias 19 a 21 de abril, em Washington. O trabalho prosseguirá nos meses seguintes.

No mapa de apoios à ideia, a Fazenda coloca os Estados Unidos. O tema da justiça tributária, com maior cobrança de **impostos** de pessoas ricas e de companhias, será um dos temas da campanha à reeleição do democrata Joe Biden. Uma eventual vitória do republicano Donald Trump muda o quadro. Mas, na visão de Zucman, não inviabiliza a proposta.

A França também manifestou apoio, informa-se. Presente à reunião do G20, o ministro de Finanças daquele país, Bruno Le Maire, mostrou sensibilidade ao tema. É uma tese que a direita europeia deve abraçar para conter o avanço da extrema direita, avaliou ele em conversas durante o evento.

Houve sinalização positiva também por parte do Reino Unido, segundo fonte do governo brasileiro. A expectativa é que o tema seja impulsionado a partir das eleições legislativas, programadas para o segundo semestre deste ano. As pesquisas de opinião mostram vantagem dos Trabalhistas (centro-esquerda), o que promete facilitar o diálogo.

A Noruega comprou a tese "abertamente", avalia-se. Também houve sinais positivos por parte da Índia. Na região, acredita-se ser possível atrair apoios de países como Colômbia e Chile.

Por enquanto, os países estão concordando com o "rumo da prosa", como se diz aqui pelo Cerrado. Só com o detalhamento é que poderão realmente definir seu apoio.

A presidência do G20, exercida pelo Brasil, encomendou a Zucman um relatório sobre aspectos práticos da nova taxa. A expectativa no Ministério da Fazenda é que haja uma visão mais concreta para ser discutida na reunião do bloco marcada para julho.

Zucman tem dito que não será necessário o consenso mundial sobre a taxaço das riquezas porque a ideia é utilizar um princípio já existente na taxaço mínima de 15% sobre multinacionais. Um país pode tributar

empresas que estejam em nações que não aderiram ao acordo. Algo semelhante poderia ser feito em relação aos super-ricos. Mas, para funcionar, é necessário que um número grande de países importantes tenha aderido.

Everardo discorda. "Só se pode tributar o jurisdicionado", afirmou. Ele é cético quanto à viabilidade de iniciativas globais para conter a evasão tributária, seja por pessoas, seja por empresas-como é o caso da taxaço mínima das múltis. Até hoje, disse ele, o Brasil é o único país a estabelecer em lei o que é um paraíso fiscal. Foi aprovada quando a **Receita Federal** estava sob seu comando, nos anos 1990.

Seguindo a velha máxima de que o diabo mora nos detalhes, a taxaço dos super-ricos ainda demandará anos de discussão. Da mesma forma, o grande feito de haver aprovado a reforma da tributaço sobre o consumo no Brasil ainda exigirá muito debate este ano, quando será formulada sua regulamentação. Nas duas frentes, a batalha está por ser travada.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187807?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187807?page=1&section=1)**



# Câmara Superior do Carf mantém autuações fiscais bilionárias sobre uso de ágio interno

**Beatriz Olivon De Brasília**

Após o fim da greve dos auditores fiscais e com a volta do voto de qualidade, a pauta da 1ª Turma da Câmara Superior do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** apareceu recheada de casos bilionários sobre ágio interno. Nos primeiros julgamentos, realizados ontem, parte das autuações fiscais sobre a amortização desse tipo de ágio - que somam pelo menos R\$ 6 bilhões - foram mantidas.

O **Carf** é a principal aposta do ministro Fernando Haddad para atingir a meta de déficit primário zero no ano de 2024. O órgão pretende julgar neste ano 50% a mais do que o previsto, com o fim da paralisação dos auditores da **Receita Federal** e a volta da possibilidade do voto de desempate favorável à União (voto de qualidade). O objetivo é analisar R\$ 870 bilhões em créditos tributários neste ano, ante R\$ 580 bilhões previstos no Orçamento.

No começo da sessão de julgamento, o presidente da 1ª Seção do **Carf**, Fernando Brasil de Oliveira Pinto, afirmou que a 1ª Seção tem muito acúmulo de processos para serem julgados, desde a pandemia. Isso porque, segundo ele, o valor estabelecido como limite para julgamento por meio de sessão virtual (R\$ 36 milhões, de acordo com a Portaria nº 7.755/2021) contemplou poucos casos que vão para a Seção, geralmente de alto valor. A 1ª Seção analisa processos sobre IRPJ, CSLL e IRRF, entre outros casos.

Muitas das discussões sobre ágio acontecem por lá. O ágio é um valor pago, em geral, pela rentabilidade futura da empresa adquirida ou incorporada. Como a Lei nº 9.532, de 1997, permite seu registro como despesa no balanço, o valor é amortizado para reduzir a base de cálculo (lucro) do IRPJ e da CSLL. Só a partir da entrada em vigor da Lei nº 12.973, de 2014, a amortização do ágio interno foi vedada.

Por mais que precedentes sejam citados nos julgamentos, a análise sempre depende do caso concreto de cada operação. No primeiro processo administrativo julgado ontem, pelo voto de qualidade, a 1ª Turma da Câmara Superior não reconheceu a possibilidade de amortização de ágio interno gerado na aquisição da Vivo Participações pela Telefônica Brasil (antiga Telesp).

No caso da Vivo, a cobrança de IRPJ e CSLL sobre o valor do ágio é de R\$ 4,9 bilhões. Contudo, ainda serão discutidos, em Turma baixa, alguns pontos que podem alterar o montante que a **Receita Federal** efetivamente poderá cobrar quando o caso for concluído.

Por maioria de votos, os conselheiros determinaram o retorno do processo para a 2ª Turma da 4ª Câmara da 1ª Seção examinar a amortização de ágio com relação à CSLL, a premissa de recálculo de Juros sobre Capital Próprio do (JCP), multa de ofício (75%) e juros sobre multa.

A autuação se refere à operação realizada entre os anos de 2013 e 2014 para aquisição da Vivo Participações pela Telefônica. O valor da autuação foi informado pela empresa em documento enviado à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A empresa foi autuada porque, para a Receita, não houve o considerado "sacrifício financeiro" na operação que gerou o ágio - que teria natureza intragrupo e não poderia ser amortizado (processo nº 16561.720129/2018-50).

O entendimento e o placar foram os mesmos em relação à amortização de ágio da Unilever Brasil. A 1ª Turma da Câmara Superior do **Carf** manteve uma cobrança de IRPJ, CSLL PIS e Cofins recebida pela companhia. O valor da autuação é de R\$ 1,2 bilhão, conforme mencionado pelos conselheiros durante a sessão de julgamento, mas parte do valor foi afastada, pela redução de uma multa.

A cobrança da Unilever é referente a operações realizadas entre os anos de 2011 e 2015. O que acabou levando à autuação fiscal foi a incorporação da então Unilever Brasil Alimentos (UBA) pela Unilever Brasil (UBR), entre novembro de 2007 e fevereiro de 2008. O negócio gerou ágio interno, que foi inteiramente registrado como rentabilidade futura.

De acordo com o processo, a amortização do ágio interno foi efetuada pela empresa UBR até novembro de 2009, quando ela sofreu cisão parcial, resultando na reversão do ativo cindido à empresa Unilever Brasil Industrial (UBI). O ágio interno passou a ser amortizado na UBI a partir de novembro do ano de 2009, sendo deduzido da tributação a partir dessa data. A autuação fiscal destaca que todas as



empresas envolvidas na incorporação e cisão parcial pertenciam ao mesmo grupo econômico.

Foi aplicada multa qualificada de 150%. As infrações registradas pelo Fisco foram amortização indevida de ágio interno (sobre a qual é cobrada IRPJ e CSLL), entre os anos de 2011 a 2014, por artificialidade da estrutura societária de geração do ágio, pelo emprego de empresa-veículo e pela impossibilidade de aproveitamento fiscal de ágio interno, além da impropriedade do laudo de avaliação que fundamentou o ágio.

O advogado Tiago Conde, sócio do escritório Sacha Calmon Misabel Derzi, destaca que existe um caso no Superior Tribunal de Justiça (STJ) que foi julgado de forma unânime contra a tributação no caso de ágio interno (REsp nº 2026473) e, mesmo não sendo vinculante ao **Carf**, gera confiança dos contribuintes no Poder Judiciário. Para o advogado, ainda que não exista obrigatoriedade de aplicar a decisão da Corte superior, o **Carf** deveria seguir a orientação do tribunal.

Segundo Rafael Gregorin, sócio do Trench Rossi Watanabe, o tema vinha sendo resolvido por maioria na Câmara Superior e, agora, as decisões por voto de qualidade não deixam de ser um bom sinal. "São quatro votos a favor do contribuinte, o que faz com que a multa caia definitivamente, assim como os juros", afirmou. O advogado se refere à mudança legislativa, que afasta a multa em casos decididos por voto de qualidade e os juros, se o contribuinte fizer o pagamento e não levar a discussão para a esfera judicial. Ele também teve um caso sobre ágio interno julgado por voto de qualidade.

Procurada pelo Valor, a Vivo disse que não comenta decisões de processos administrativos. Por meio de nota, a Unilever esclarece que o mérito da discussão do julgamento foi o ágio e a decisão de hoje foi parcialmente favorável à companhia, com importante redução do valor julgado. A empresa segue avaliando os próximos passos.

"**Carf** deveria seguir a orientação do Superior Tribunal de Justiça" Tiago Conde

Site: <https://valor.globo.com/virador#/edition/187807>

# Inteligência artificial antifraude pode gerar economia de R\$ 1,8 bi

**ANNA CAROLINA PAPP**

Uma das frentes de atuação do **INSS** no combate a fraudes pode render uma economia de R\$ 1,8 bilhão em 2024, segundo projeções do Ministério da **Previdência Social**. Como revelou o Estadão em dezembro, o instituto adotou o uso de inteligência artificial para detectar fraudes em atestados médicos por meio de cruzamentos de bancos de dados, com aplicação até de análise comportamental.

O sistema, que começou a ser utilizado em janeiro, ainda está sendo ajustado, mas deve ganhar tração nos próximos meses, afirmou o presidente do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), Alessandro Stefanutto.

Sem as perícias presenciais, essa preocupação tende a aumentar.

**SERVIÇOS.** Stefanutto afirmou que o órgão quer aumentar a gama de canais alternativos pelos quais os segurados podem submeter os atestados médicos.

"Tem um público que está excluído do digital. Então, estamos utilizando canais alternativos com parceiros, para que o segurado que não terá mais o agendamento de perícia possa ter o serviço de inteligência facilitado." O presidente do **INSS** disse que o serviço telefônico do instituto, a central de atendimento 135, vai passar a realizar a abertura de requerimentos do Atestmed para beneficiados, que poderão entregar o atestado nas agências.

O **INSS** também está em negociações para uma parceria com os Correios, de modo que os segurados possam levar os atestados às agências e até mesmo fazer a abertura dos requerimentos.

"Já no dia 18 de março a gente deve fazer o primeiro piloto (com os Correios) em Fortaleza", disse Stefanutto.

A cidade foi escolhida por ter uma baixa adesão ao Atestmed.

**FILA.** Quanto à fila pelos benefícios, o presidente do **INSS** disse que o prazo médio de espera caiu para 46 dias em dezembro de 2023 - próximo ao estipulado pela legislação, de 45 dias.

\*

STF voltará a discutir processo de "revisão da vida toda" neste mês

O ministro Luís Roberto Barroso, presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), pautou para o próximo dia 20 ações que podem ter repercussão econômica na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 de até R\$ 516,2 bilhões.

Entre elas, está uma ação que discute a incidência de PIS/Cofins sobre locação de bens móveis, com impacto de R\$ 20,2 bilhões. Também foi pautada uma ação que trata da incidência das contribuições sobre a locação de bens imóveis e tem impacto estimado em R\$ 16 bilhões.

Está previsto para o mesmo dia o julgamento de recurso da União contra a "revisão da vida toda" do **INSS**. Esse caso é avaliado em R\$ 480 bilhões. Nessa ação, o debate é sobre a possibilidade de anular decisão de dezembro de 2022 que deu vitória aos aposentados, e enviar o caso de volta ao Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Há ainda a previsão do julgamento de recursos contra a decisão que autorizou a "quebra da coisa julgada" em temas tributários.

Nesse caso, já houve vitória da União em fevereiro de 2023.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Ouvidos moucos para o rombo da Previdência - ZEINA LATIF

## ZEINA LATIF

A necessidade de uma nova reforma da Previdência voltou ao radar de especialistas. Vale lembrar que o Brasil gasta cerca de 12% do **PIB** com a Previdência (total), cifra observada em poucos países, mais ricos e mais velhos -na média da OCDE, a despesa é cerca de 8% do **PIB**.

A retórica oficial acerca da reforma de 2019 era grandiosa. Certamente foi um passo largo, mas naturalmente insuficiente.

Falava-se em economizar" R\$ 800 bilhões em dez anos. Não é bem assim. Tratava-se, na verdade, de medida para conter o crescimento de gastos previdenciários em um país que envelhece rapidamente. E, lamentavelmente, a reforma elevou a judicialização. Quase R\$30 bilhões de precatórios foram pagos em 2022 no regime geral do setor privado (RGPS) e R\$ 57 bilhões em 2023 (impulsionado pela normalização e antecipação de despesas, após o represamento no governo Bolsonaro).

No nível federal, as despesas previdenciárias caíram para 9,7% do **PIB** em 2023 (RGPS, servidores e militares), ante 10,4% em 2019. No entanto, houve acréscimo de 0,32 ponto percentual em relação a 2022, o que reflete não apenas fatores pontuais, mas uma tendência altista na ausência de novos ajustes.

O crescimento no número de beneficiários do RGPS foi muito alto em 2022 (2,8%) e 2023 (3,4%), e ainda maior para beneficiários assistenciais (8,3% e 11,5%), destoando do padrão passado. Em que pese a redução da fila de solicitações pendentes, especialistas apontam que algumas mudanças podem ter aumentado os requerimentos ou mesmo brechas para eventuais fraudes.

Um outro aspecto é que a reforma evitou pontos sensíveis politicamente, demandando correções.

Um exemplo foi não ter incluído estados e municípios, estabelecendo apenas a necessidade de reforma posterior. Criou-se, assim, uma colcha de retalhos no tratamento dado ao funcionalismo, que deveria ser uniforme.

Pior, muitos entes ainda não reformaram sua

Previdência -o critério utilizado para considerar a reforma feita é ter adotado ao menos 80% da regra federal. Entre os estados, são sete deles; entre as capitais, 15 não avançaram, o que inclui capitais de estados ricos; e entre os municípios, dos 2.092 com regime próprio, a maioria de 65,4% está em falta.

A reforma de 2019 também não mudou a idade mínima para trabalhadores rurais, aumentando a diferença em relação aos trabalhadores urbanos. A decisão carece de justificativa técnica, inclusive pela natureza similar de muitos empregos urbanos, apontam Fabio Giambiagi, Rogério Nagamine e Otávio Sidone. E a conta pesa: a receita no segmento cobriu menos de 5% dos gastos em 2023.

O déficit previdenciário rural atingiu R\$177,3 bilhões em 2023, muito acima dos R\$129 bilhões do segmento urbano, apesar de beneficiar cerca de um terço das pessoas no RGPS.

Outra política pública que demanda ajustes é o MEI -trabalhador autônomo que se legaliza como microempreendedor individual, contando com benefícios tributários e menor contribuição previdenciária.

A renúncia tributária atingiu R\$5,2 bilhões em 2023. O número não é elevado, mas não revela o que mais preocupa: o forte aumento do gasto previdenciário contratado. Segundo Nagamine, o MEI representa 10% dos contribuintes da Previdência, mas responde por apenas 1% da arrecadação. Isso para uma política pública mal focalizada nos mais pobres e que pouco entregou em termos de reduzir a informalidade de trabalhadores por conta própria.

A lista segue. As regras para militares continuam muito frouxas, resultando em um rombo da Previdência militar de R\$49,7 bilhões em 2023, valor próximo dos R\$54,8 bilhões do déficit do regime dos servidores civis (RPPS).

Há ainda regras especiais para a polícia militar e para professores, o que limita o espaço para o ajuste fiscal dos estados e, de quebra, prejudica a gestão pública pela falta de profissionais na ativa, devido à aposentadoria precoce.

O atual governo evita o tema e defende apenas o

"pente-fino" nos benefícios do **INSS**. Enquanto isso, a política de correção real do salário mínimo pelo crescimento do **PIB** agrava o quadro. O aumento de R\$ 1 no salário mínimo implica um aumento líquido de R\$ 262,9 milhões no déficit do RGPS e de R\$ 70,5 milhões nos benefícios assistenciais, segundo o Tesouro.

São escolhas incompatíveis com a gravidade do problema. O fardo para o próximo governo será bem pesado.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Concentração de renda no país dá sinais de queda, mostra estudo

**Marsílea Gombata De São Paulo**

A concentração de renda pode ter caído no Brasil. Dados do projeto World Inequality Database (WID) indicam que a concentração da renda nacional pelo 1% e pelos 10% mais ricos pode ter diminuído nos últimos anos. Ainda que sejam dados parcialmente atualizados e necessitem de medidas complementares para análise mais ampla, os números apontam para a redução da desigualdade entre os mais ricos e a parcela mais pobre, que corresponde à maior parte da população.

Segundo dados do WID, projeto coordenado por economistas como Thomas Piketty, a concentração da renda nacional pelo 1% mais rico no Brasil passou de 20,3% em 2019 para 19,7% em 2022, na contramão da média mundial, que foi de 19,2% para 19,8%.

A parcela detida pelos 10% mais ricos, por sua vez, foi de 57,1% para 56,8%, enquanto a dos 50% mais pobres passou de 9,7% para 8,5% no período.

Apesar de, em um primeiro momento, parecer que houve queda da concentração também pelos mais pobres, o que ocorreu foi uma redução brusca com a pandemia - levando os 50% mais pobres a deter 8% da renda nacional em 2020 -, com posterior recuperação em relação ao patamar pós-covid-19. Esse fenômeno também ocorreu em outros países.

Já as camadas mais altas no Brasil passaram a concentrar mais renda em um primeiro momento pós-pandemia, e depois viram esse percentual cair.

No Chile, vizinho que disputa com o Brasil a posição de mais desigual na América do Sul, o 1% mais rico detinha 24,7% em 2019 e passou a deter 23,7% em 2022.

A parcela detida pelos 10% mais ricos passou de 60,5% para 59% no período. Já a dos 50% mais pobres foi de 6,8% para 6,3% entre 2019 e 2022.

Nos EUA, a total detido pelo 1% passou de 19% para 20,9% entre 2019 e 2022, e a dos 10% foi de 45,7% para 48,3%. A concentração pelos 50% mais pobres caiu de 13% para 9,8%.

Na China, o 1% mais rico detinha 14,7% da renda

nacional em 2019 e passou a concentrar 15,7%. Os 10% também viram sua fatia crescer, de 42,4% para 43,4%, enquanto a metade mais pobre viu a sua parcela reduzir de 13,3% para 13,1%.

Até mesmo a França, menos desigual que os casos citados, viu a concentração de renda aumentar, com o detido pelo 1% mais rico indo de 11,4% para 12,7%. A dos 10% mais ricos foi de 34% para 34,8%. A dos 50% mais pobres passou de 19,8% para 19,6%.

Os dados atualizados recentemente são os primeiros que possibilitam mensurar o impacto pós-pandemia, ainda que de forma inicial e com limitações devido ao timing diferente de divulgação das cifras oficiais de cada país.

"A diminuição da concentração de renda entre os 10% mais ricos sugere uma melhora na qualidade de distribuição da renda nacional. Mas é necessário analisar para além do top 10% para avaliar a desigualdade de maneira mais completa", afirma Ignacio Flores, pesquisador do WID responsável pela América Latina.

Flores argumenta que a corroboração dessa tendência através da concentração no 1% mais rico e a observação do índice de Gini reforçam a evidência de avanço em direção à menor desigualdade.

Segundo dados divulgados no meio do ano passado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o índice de Gini passou de 0,544 em 2021 para 0,518 em 2022, o menor patamar da série história. O índice vai de 0 a 1. Leituras mais próximas de 1 indicam maior desigualdade.

Pedro Ferreira de Souza, sociólogo e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lembra que 2020 foi um ano atípico por causa da covid-19 e que é preciso cuidado ao se ler os dados relativos ao período.

"A última publicação do Sistema de Contas Nacionais do Brasil foi de 2021, então os dados [apresentados pelo WID] fazem extrapolação", diz, ao acrescentar que é necessário se levar em conta cifras sobre de renda por transferência, como o Auxílio Emergencial. "O grau de transferências aumentou de 0,5% do PIB para cerca de 6% a 7%", lembra.

A expansão do Bolsa Família e a melhora de sua gestão foram passos importantes na direção da redução da desigualdade, diz. Uma outra frente nesse caminho seria a **reforma tributária**, em tramitação no Congresso Nacional.

"[A reforma] ajuda a corrigir distorções entre municípios e entre famílias pobres e ricas, com efeito positivo sobre redução da desigualdade, ao uniformizar alíquotas e distribuir recursos", diz.

O próximo passo importante, argumenta, seria uma **reforma tributária** do imposto de renda, com tributação de renda e patrimônio, aumentando o que é renda tributável e diminuindo isenções. Ajustes do IR para empresas também serão necessários, acrescenta.

"Reduzir a desigualdade de renda demandaria várias coisas, e não há a menor chance de reduzi-la no curto prazo", diz. "Pensar que em cinco anos vamos reduzir o Gini em 20%, 30%, 40% é impossível. O importante é dar pequenos passos, todos na mesma direção."

Nesse sentido, Flores argumenta que, além da implementação de reformas tributárias progressivas que "assegurem que os mais ricos contribuam justamente ao fisco", é necessário o fortalecimento dos sistemas de **seguridade social** para proteger os mais vulneráveis, investimento em educação e formação profissional para facilitar a mobilidade social.

Ele acrescenta ainda a necessidade de promoção de políticas que facilitem a criação de empregos dignos e melhora dos salários de trabalhadores de baixa renda.

Marcelo Medeiros, professor da Universidade Columbia, reforça que a redução da desigualdade deve ser pensada de maneira mais holística, do ponto de vista de políticas públicas.

"Não se cria um país tão desigual como o Brasil a partir de um pequeno conjunto de fatores. Pelo mesmo motivo, não se vai reduzir a desigualdade com um conjunto limitado de políticas", afirma Medeiros, que é autor do livro "Os ricos e os pobres: O Brasil e a desigualdade" (Companhia das Letras).

"Toda política tem efeito sobre a desigualdade - do controle da **inflação** à assistência social. Toda política tem que ser desenhada tendo a desigualdade na mira. Não será somente a educação nem somente tributação ou qualquer outra panaceia. Vai dar muito trabalho, vai custar muito caro, vai consumir muito capital político", conclui.

"Toda política tem que ser desenhada tendo a

desigualdade na mira"

Marcelo Medeiros

**Site:**

**<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187807?page=1&section=1>**



# A corrida da reforma tributária - DIRETO DE BRASÍLIA

**DENISE ROTHENBURG**

Congressistas vão conhecer hoje dois projetos de regulamentação da **reforma tributária**. Um relativo ao imposto seletivo. Outro diz respeito à cesta básica, item que colocou em campos opostos o setor do agro e os supermercados. As propostas serão apresentadas durante reunião-almoço da Frente Parlamentar de Comércio e Serviços, presidida pelo deputado Domingos Sávio (Solidariedade-MG). É a largada oficial dos debates, antes do governo apresentar seus projetos.

Entempo: o governo federal está muito incomodado com a ação das frentes. Afinal, esperava apresentar suas propostas primeiro. Agora, terá que correr atrás de um debate antecipado pelo Congresso.

FÍGADO LIGADO... Aliados do presidente Lula já desistiram de apelar ao presidente para esquecer o antecessor em seus discursos. Na Conferência Nacional de Cultura, ele voltou à carga contra o ex-presidente. A avaliação de muitos é de que quanto mais Lula fala de Jair Bolsonaro, mais em evidência Bolsonaro fica.

... ALIMENTA O ADVERSÁRIO Para muitos dentro do PT, Lula erra na dose. Afinal, Bolsonaro está inelegível. Nesse cenário, se houver um nome da direita mais palatável e equilibrado, a reeleição estará sob forte risco.

DEZ ANOS MAIS Enquanto o Brasil planeja zerar as emissões de carbono até 2050, a Arábia Saudita propõe a mesma meta para 2060. Sinal de que a emissão zero no planeta vai demorar.

POR FALAR EM ARÁBIA SAUDITA... Nesta viagem ao Oriente Médio, o Lide começa a se consolidar como uma ponte entre os empresários e Riad. O ex-governador de São Paulo João Dória inclusive aproveitou o jantar de despedida para anunciar que, em 2025, haverá outra missão ao Oriente Médio, capitaneada pelo CEO do Lide,

João Dória Neto, que acaba de assumir a direção do Grupo Dória.

AS PROPOSTAS DA REFORMA SERÃO APRESENTADAS DURANTE REUNIÃO-ALMOÇO DA

FRENTE PARLAMENTAR DE COMÉRCIO E SERVIÇOS, PRESIDIDA PELO DEPUTADO DOMINGOS SÁVIO

Site: <https://digital.em.com.br/estadodeminas>



# 'Cashback' e a ilusão tecnocrática (Artigo)

**Roberto Giannetti da Fonseca**

Roberto Giannetti da Fonseca Economista, empresário, presidente da Kaduna Consultoria, foi secretário executivo da Camex no governo FHC

Reiniciam-se nestes dias os debates sobre as leis complementares que vão regulamentar a **reforma tributária**. Um dos pontos que mais vão afetar o cotidiano da população brasileira refere-se à Cesta Básica Nacional (CBNA). Nas declarações do Ministério da Fazenda, fica nítida a intenção de minimizar os itens integrantes da CBNA, e de tributar o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) na maior parte dos alimentos consumidos pela população brasileira, para, sabe-se lá quanto tempo depois, devolvê-lo aos mais pobres na forma de um cashback tributário.

Por mais bem-intencionado que seja à primeira vista, esse mecanismo de cashback não passa de mais um engodo populista. Gostaria que os defensores do cashback respondessem às seguintes perguntas: quantos milhões de cidadãos brasileiros invisíveis ficarão sem o cashback? Quantos tentarão fraudar o sistema?

Qual será o ponto de corte da renda que vai dividir os cidadãos brasileiros entre os elegíveis e os inelegíveis ao tal cashback? Os milhões de pobres que vão ficar um pouco acima da linha de corte vão optar pela informalidade?

Qual o custo de gestão de cobrança e devolução dos **impostos**?

Por que todo este processo nebuloso de populismo tributário com nítido ranço ideológico, somente para evitar que os 10% mais ricos tenham também a possibilidade de desoneração da cesta básica? A **reforma tributária** veio para simplificar ou para complicar a estrutura tributária brasileira?

Lembre que quem pagará o IVA é o consumidor, a empresa apenas recolhe o tributo que incide sobre os bens e serviços adquiridos pela população, e que estamos falando é da desoneração tributária dos consumidores brasileiros.

Hoje a maioria dos itens integrantes da cesta básica já é isenta dos **impostos** federais e estaduais. O que se fala aqui não é de renúncia fiscal, mas sim de um aumento da carga tributária. Joga-se um valor de R\$ 39 bilhões de renúncia fiscal sem maior explicação de

como isso foi calculado nem de quanto desse valor será devolvido na forma de cashback e a que custo.

Com a devida racionalidade, não seria muito mais fácil aumentar o Imposto de Renda (IR) das pessoas físicas mais ricas para compensar a isenção ampla da cesta básica a todos os brasileiros? No imposto de consumo se diferenciam produtos e serviços pela sua essencialidade. No IR se diferenciam pessoas pelo seu nível de renda. Confundir pessoas e produtos no imposto de consumo é um erro crasso de política distributiva.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Alckmin promete investimento de R\$11 bilhões da Toyota no Brasil (Investimento)

**Henrique Fregonasse\***

+

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin (PSB), participou, nesta terça-feira (5/3), de um anúncio da montadora Toyota ocorrido em Sorocaba (SP), onde a empresa tem uma fábrica. Durante o evento, que contou com participação do governador do estado, Tarcísio de Freitas (Republicanos), Alckmin anunciou que a montadora vai investir um total de R\$11 bilhões no Brasil nos próximos anos, o que deverá resultar na geração de dois mil empregos.

A Toyota está no Brasil há 66 anos e vem contribuindo enormemente para o adensamento das nossas cadeias produtivas. Seu anúncio é uma demonstração clara da confiança dessa grande empresa japonesa em nossa economia, escreveu Alckmin em suas redes sociais.

Segundo Alckmin, o investimento segue os objetivos dos programas Mover (Mobilidade Verde e Inovação) e "Combustível do Futuro", que visam incentivar o setor de biocombustíveis e veículos sustentáveis.

R\$41 bilhões até 2032

No início de fevereiro, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), pasta da qual Alckmin é chefe, informou que o Brasil terá um investimento total de R\$41 bilhões da indústria automobilística até o ano de 2032.

À época, duas montadoras já haviam anunciado investimentos no país. A Volkswagen anunciou um investimento de R\$9 bilhões até 2028 para projetos inovadores com foco em descarbonização. No total, a Volkswagen totaliza R\$16 bilhões em investimento no país nesta década.

Junto aos ministros Alckmin e Ruy Costa, chefe da Casa Civil, a General Motors (GM) também anunciou a primeira fase do novo plano de investimento da empresa no Brasil, com R\$7 bilhões que serão aplicados ao país entre 2024 e 2028. O aporte visa ações como melhorias na capacidade e nas condições de produção e desenvolvimento tecnológico.

Também anunciaram novos recursos no Brasil, até 2032, as montadoras Great Wall (R\$10 bilhões entre 2023 e 2032); Renault (R\$5,1 bilhões de 2021 a 2027);

CAOA (R\$4,5 bilhões entre 2021 e 2028); BYD (R\$3 bilhões de 2024 e 2030) e Nissan (R\$2,8 bilhões de 2023 a 2025).

Segundo o MDIC, esses anúncios de investimentos são reflexo da melhoria do ambiente econômico, estimulado pela aprovação da **reforma tributária**, redução da taxa de juros, estabilidade do câmbio e o lançamento do "Mover".

\*Estagiário sob supervisão de Pedro Grigori

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail [sredat.df@dabr.com.br](mailto:sredat.df@dabr.com.br)

**Site:**

<https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2024/03/6813973-alckmin-promete-investimento-de-rs11-bilhoes-da-toyota-no-brasil.html>

# Congresso articula limitar poder do governo sobre imposto criado por reforma tributária

Deputados de frentes parlamentares como a do agronegócio, do empreendedorismo e do comércio, querem ampliar a influência do Congresso Nacional na definição das alíquotas do imposto seletivo, reduzindo o poder do governo sobre os parâmetros.

Parlamentares devem apresentar nesta quarta-feira (6) um projeto de lei complementar que pretende demandar que estes percentuais sejam estabelecidos para cada produto -não podendo, por exemplo, um valor geral para um setor- e dar aos parlamentares a possibilidade de revisá-los, e portanto, alterá-los, anualmente.

Procurada, a Fazenda afirmou que se posicionará formalmente sobre assuntos relacionados ao imposto após o término dos trabalhos de um grupo técnico constituído para analisar a regulamentação do tema, mas lembrou que já compete ao Congresso uma série de atribuições relacionadas a isso, inclusive a participação na definição de alíquotas.

Pela **Reforma Tributária**, promulgada em novembro do ano passado, as alíquotas do imposto seletivo devem ser estabelecidas por meio de um projeto de lei ordinário, mas não exigem a discriminação por cada produto.

A visão de parlamentares, sobretudo de oposição, é que a redação da emenda constitucional possibilita que o governo crie **impostos** para setores ou tipos de produtos de maneira mais genérica -por exemplo, para laticínios, ou bebidas alcoólicas- via projeto de lei, e depois determine parâmetros mais específicos, sem passar pelo crivo de deputados e senadores, por exemplo.

O chamado imposto seletivo, também apelidado de imposto do pecado, foi criado na **reforma tributária** para taxar "produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente".

Segundo o texto aprovado no ano passado, tal taxa "terá suas alíquotas fixadas em lei ordinária".

A proposta dos deputados, a qual a Folha teve acesso, mantém a previsão, como determinado pela **Reforma Tributária**, que a definição da aplicação do imposto seletivo seja feita em duas etapas.

Primeiro, por meio de lei complementar, para determinar os setores ou atividades consideradas danosas ao meio ambiente ou a saúde e que devem ser taxadas. Depois, por lei ordinária, seria definida a alíquota.

A inovação é a exigência de que "a lei que fixar as alíquotas do Imposto Seletivo, deverá, obrigatoriamente, diferenciar a tributação por produto".

Por exemplo, para bebidas alcoólicas, teria que ser discriminado qual a alíquota, por exemplo, para o vinho e para o uísque. No caso de laticínios, para leite, iogurte ou queijos.

Se eventualmente vier a ser definida uma taxa do imposto sobre cigarros, por exemplo, mas, depois disso, o Congresso vier a aprovar o uso de cigarros elétricos, os chamados vapes, um novo projeto de lei terá que ser enviado pelo Executivo para a análise do parlamento.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O objetivo é ampliar o poder de definição dos parlamentares sobre estes fatores e também evitar que o governo altere tais parâmetros por medidas como portarias, ou então que novos produtos sejam taxados por analogia -quando se aplica a algo novo um imposto igual a algum semelhante que já tenha tido seu percentual definido anteriormente.

Os deputados também pretendem exigir que o governo deixe claro, na justificativa do imposto, o dano à saúde ou ao meio ambiente causado por aquele, como ele seria aplicado na redução deste impacto e quais as métricas para aferição do sucesso, ou não, dessa atividade.

Devem ser respeitados parâmetros como a gradatividade da taxa de acordo com a nocividade do produto à saúde ou ao meio ambiente.

Essas informações seriam utilizadas para a revisão, anual, destas alíquotas, que por sua vez seria feita por uma comissão parlamentar do Senado Federal e

depois submetida ao plenário da Casa -novamente deixando na mão do Congresso tal definição.

Além disso, a proposta diz que o valor recolhido por essa rubrica deverá ser destinado a um fundo específico, destinado a mitigar os impactos das atividades nocivas à saúde e ao meio ambiente, e promover ações de prevenção e conscientização.

A proposta deve ser apresentada formalmente nesta quarta-feira (6), pelas frentes do empreendedorismo, da agropecuária, de comércio e serviço, da mineração sustentável e de portos e aeroportos, dentre outras que compõe um grupo de trabalho do Congresso que se debruçou sobre o imposto seletivo.

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Assinantes podem liberar 5 acessos por dia para conteúdos da Folha

Recurso exclusivo para assinantes

assine ou faça login

Leia tudo sobre o tema e siga:

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha?

Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ( conheça aqui ).

Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na Apple Store ou na Google Play para receber alertas das principais notícias do dia.

A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 200 colunistas e blogueiros. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/03/congresso-articula-limitar-poder-do-governo-sobre-imposto-criado-por-reforma-tributaria.shtml>**

# Desoneração da folha assegura emprego e renda - COLUNA SECOVI

**MARIA SILVIA CARNEIRO**

Fruto de produtivo diálogo com parlamentares, o Executivo Federal publicou, em 28/2, a Medida Provisória nº 1208/2024, a qual revogou os dispositivos da MP nº 1202/2023 relacionados à reoneração da folha de pagamentos dos 17 segmentos da economia que mais empregam no Brasil, dentre eles o da construção civil.

Porém, outros pontos da MP 1202 foram mantidos, caso do PERSE, programa emergencial para o setor de eventos e de turismo, área duramente afetada na pandemia, que poderá ser encerrado ou não, conforme avaliação do Legislativo.

Na visão do Secovi-SP, com essa decisão, que vale para este ano, o governo mostrou compreender a importância da política de desoneração para a geração e a manutenção de empregos e renda. Somente a construção civil emprega mais de 2,6 milhões de trabalhadores com carteira assinada, e assegurar que esse quadro permaneça e evolua é fundamental para o Brasil.

Todavia, o Projeto de Lei 493/24, enviado ao Congresso em 29/2, propondo um novo modelo de desoneração da folha de pagamentos para aqueles 17 setores, repete partes da MP 1202/23. Espera-se que, na análise de mudanças, sejam ponderados os efeitos concretos da desoneração em termos de arrecadação fiscal, haja vista que emprego representa consumo que movimenta a economia, e isso significa maior recolhimento de **impostos**. É tudo questão de fazer contas e, com um olhar de mais longo prazo, enxergar o que é melhor para os brasileiros.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# China determina meta de crescimento em 5% para 2024

*(Com agências internacionais e Luana Reis)*

A China estabeleceu uma meta de crescimento econômico de 5% para 2024, um objetivo ambicioso que pressionará os principais líderes do país a liberar mais estímulos, enquanto tentam aumentar a confiança em uma economia afetada por uma crise no mercado imobiliário e uma deflação arraigada. A meta de 5% é uma das mais baixas em décadas e similar à do ano passado.

O primeiro-ministro Li Qi-ang reconheceu os desafios enfrentados pela segunda maior economia do mundo ao apresentar seu primeiro relatório de trabalho na abertura de sessões anuais da Assembleia Popular Nacional, o Parlamento chinês.

-Não é fácil para nós realizarmos essas metas. Precisamos de apoio político e esforços conjuntos de todas as frentes -disse ele a milhares de delegados reunidos no Grande Salão do Povo, em Pequim.

As ações chinesas listadas em Hong Kong caíram ontem após o anúncio das principais metas. O índice Hang Seng China Enterprises caiu 2,61%, enquanto o índice CSI300 oscilou entre ganhos e perdas antes de subir 0,7% no fechamento. O yuan teve pouca alteração.

"META ARTIFICIAL"

Em outro relatório, elaborado por analistas, as projeções do mercado apontavam crescimento de 4,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**) chinês este ano, segundo a Bloomberg.

A reunião política anual mais importante da China ocorre no momento em que o presidente Xi Jinping tenta restaurar a fé em uma economia que continua afetada por uma crise prolongada no setor imobiliário, pelo desemprego de jovens em níveis recorde e por uma desaceleração global que minou a demanda por produtos chineses.

Os investidores pediram ações enérgicas, já que os executivos estrangeiros continuam a se afastar da segunda maior economia do mundo após anos de mudanças abruptas nas políticas. Pequim, no entanto, tem se mostrado reticente a enfrentar essas pressões com um resgate financeiro ou medidas de estímulos,

pelo receio de que atinja os frágeis cofres do Estado.

Os analistas acreditam que não há mudança à vista no curto prazo.

O documento aponta ainda que a China reduzirá os **impostos** sobre as tecnologias avançadas e abrirá "novas vias" para o comércio exterior.

"Trabalharemos para expandir nossa rede global de zonas de livre comércio de alto nível e ajudaremos os governos locais e as empresas a abrirem novas vias para o comércio exterior, utilizando melhor os acordos de livre comércio", indica o documento.

Outras metas apontadas no relatório, segundo a Bloomberg, são 5,5% para o índice de desemprego, com a criação de 12 milhões de vagas nas cidades. Já o déficit orçamentário ficaria em 3% do **PIB**.

- Essa meta de 5% é artificial porque o mercado chinês hoje não tem capacidade de absorver isso e transfere para outros países, que também não têm condição de absorver, porque no momento o mercado mundial como um todo não está crescendo - afirma José Augusto de Castro, vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). - Então, a tendência será o mercado mundial receber um produto com preço baixo que vai afetar a concorrência interna.

O país asiático é o maior parceiro econômico do Brasil, sendo destino para cerca de 30% de todas as exportações, sobretudo minério de ferro e produtos agrícolas. Em 2023, o Brasil exportou US\$ 105,75 bilhões para a China, um aumento de 16,5% sobre o ano anterior e a primeira vez na história que as exportações para um único país ultrapassaram US\$ 100 bilhões, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

DEFLAÇÃO PREOCUPA

Conforme estimativas da AEB, o Brasil deve exportar entre US\$ 95 e 97 bilhões de dólares para o país asiático.

No Brasil, as ações de empresas ligadas aos setores de mineração e siderurgia encerraram o pregão em queda. Os papéis da Vale recuaram 1,31% e os da

CSN, 0,59%.

Para Jonas Carvalho, diretor-executivo na Hike Capital, a deflação na China tem preocupado o mercado quanto ao futuro da demanda do país asiático sobre produtos como o minério de ferro: - Com a precificação de uma menor demanda, boa parte dos investidores recalcula os resultados das empresas que fazem parte do setor e isso afeta o apetite comprador por essas ações. Fora que esse número anunciado não foi bem recebido e ainda não há muita clareza de como será alcançado -ele diz.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>



# Desigualdade na AL segue alta mesmo após impostos

**Marsílea Gombata De São Paulo**

Ainda que a concentração de renda pelos mais ricos tenha diminuído em países da América Latina como Brasil e Chile, a desigualdade pós-pagamento de **impostos** continua alta na região.

Estudo do World Inequality Database (WID) mostra que transferências de renda neutralizam em parte os sistemas tributários regressivos, resultando em menor concentração de renda, quando se analisam dados antes e depois do pagamento de **tributos**.

"No entanto, a desigualdade pós-**impostos** permanece substancial", alerta estudo dos pesquisadores Maurício de Rosa, Ignacio Flores e Marc Morgan.

O estudo mostra que no Brasil o 1% mais rico detém 20% da renda nacional antes do pagamento de **tributos** e passa a deter 18% após. Já a parcela dos 10% mais ricos passa de 57% para 53%. A da metade mais pobre, por sua vez, sobe de 9% para 13%.

No caso do Chile, a fatia do 1 % mais rico passa de 24% para 19%, pós-pagamento de **tributos**, e a dos 10%, de 59% para 52%. A parcela detida pelo grupo dos 50% mais pobres sobe de 7% para 10%.

"O fato de a desigualdade pós-**impostos** continuar sendo substancial na América Latina, apesar das transferências, indica limitações da efetividade dos sistemas tributários da região para distribuir a renda", afirma Ignacio Flores, pesquisador do WID responsável pela América Latina.

Para Marcelo Medeiros, da Universidade Columbia, os dados mostram que o sistema tributário atual é "pouco para reverter as desigualdades imensas da região".

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187807?page=1&section=1>

# O risco do rápido aumento do crédito a Estados e municípios (Editorial)

Sem alarde, o governo Lula tem aumentado rapidamente os empréstimos a Estados e municípios. Em 2023, os créditos para gastos e investimentos cresceu 142%, para R\$43,3 bilhões, com ou sem garantia do Tesouro Nacional. Esse limite para concessão subirá a R\$ 75 bilhões no ano corrente. Estados e municípios, porém, se queixam de queda nas receitas, e Rio, Minas e Rio Grande do Sul, em regime fiscal especial, chegam a ameaçar deixar de pagar o que devem, embora a maioria deles continue elevando as despesas com pessoal. A história pode voltar a se repetir: os entes federados sempre conseguiram dobrar as restrições da União e obter mais recursos. Isso não parece incomodar o governo Lula, que possivelmente espera recompensas políticas com isso.

Durante a pandemia, Estados e municípios receberam uma montanha de dinheiro, além das necessidades, e acumularam superávits expressivos, resultando nos anos seguintes em altos investimentos. Entre 2019 e 2023, as receitas correntes das 27 unidades da federação cresceram 11,6%, a arrecadação do ICMS, 9,1%, as transferências, 40,7%, os investimentos, 105,3%, as despesas com pessoal e encargos, 7,1% e as despesas, 6,8% (Valor, 4 de março). Pelos números, não há sinal de provável escassez de recursos ou penúria fiscal.

Se olhado um recorte apenas entre 2022 e 2023, a situação é peculiar. O governo Bolsonaro aprovava em 2022 a diminuição das tarifas de energia, telecomunicações e combustíveis, as galinhas dos ovos de ouro da arrecadação estadual. Os entes federados teriam direito a compensação em 2024, mas o governo Lula antecipou a reposição das perdas e liberou R\$ 27,1 bilhões em 2023. Como a compensação veio apenas no fim do ano, os entes passaram praticamente todo 2023 com perda de receita. Isso não impediu que aumentassem despesas. A receita corrente dos Estados teve queda de 1,8%, a do ICMS, 3,1%, os investimentos, 19,1% em relação a 2022. As despesas com pessoal subiram 5,1%.

A atitude do governo e dos Estados é paradoxal. A relação entre despesas e receitas correntes, que medem a sustentabilidade fiscal dos Estados, piorou no ano passado em 21 das 27 unidades federadas. Este é um motivo claro pelo qual não é recomendável ampliar empréstimos para tomadores cuja capacidade

de pagamento piorou claramente, nem mudar os critérios de classificação dos Estados. Da parte dos Estados, não faz o menor sentido aumentar despesas com pessoal quando as receitas são cadentes (embora não muito) e menos ainda pleitear e receber maior quantidade de empréstimos para investimentos quando sua situação financeira piorou.

O jogo do crédito da União a Estados e municípios entra em uma zona de perigo quando se deixa de lado a contabilidade e se consideram as conveniências político-eleitorais. Após o grande acordo de renegociação das dívidas estaduais e municipais de 1999, os entes federados encontraram formas de burlar as restrições, receber mais recursos e obter o direito de não pagá-los, com a anuência do Supremo Tribunal Federal. O Rio de Janeiro, um dos Estados em pior situação, obteve aval do STF para que as garantias dadas aos empréstimos não fossem executadas e as prestações da dívida fossem suspensas. Não foi o único.

De 2016 até o ano passado, a União teve de desembolsar R\$ 64,4 bilhões para cobrir valores não pagos por Estados e municípios- apenas R\$ 5,6 bilhões foram recuperados. Esses valores certamente vão crescer se não se exigir algum ajuste nas contas estaduais e municipais e se recursos continuarem a fluir livremente para tomadores com receitas em queda e contas em desordem.

O retrato das condições financeiras dos Estados mostra que o pagamento de débitos é secundário em relação ao aumento de gastos, que rendem votos, e dentre eles, a elevação de gastos permanentes, como os com pessoal. Pelos números do Tesouro, em 9 dos 26 Estados e DF, as receitas diminuíram, mas as despesas cresceram. Nos restantes 18, as receitas correntes até foram maiores, mas inferiores ao crescimento das despesas (Valor, 4 de março). Nessas condições, não há ajuste possível: mais recursos para os Estados podem se transformar em investimentos em um primeiro momento, mas em gastos permanentes em seguida, aprofundando os desequilíbrios.

Os Estados não recorreram a medidas que recuperem parte das receitas, como fim de subsídios e isenções concedidas, e sim à elevação de alíquotas do ICMS, feitas por uma dúzia deles. Usaram o artifício de

sempre, o feirão de renegociação de dívidas, com grandes cortes em juros e multas e facilidades de pagamento. Isso se tornou um hábito ineficaz. Devedores contumazes têm certeza de que novas renegociações virão e deixam de pagar débitos ao primeiro sinal de aperto.

A economia teve dois anos de crescimento acima das expectativas, embora a arrecadação estadual tenha tido impacto amortecido pela estagnação da indústria de transformação, a maior pagadora de **impostos**. Governadores e prefeitos, já pouco afeitos a cortar despesas, não se moverão nessa direção em um ano eleitoral. Podem ter percebido também que suas reivindicações encontram receptividade em um governo federal que quer o crescimento a qualquer custo, mesmo que isto retarde a volta da **inflação** à meta.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187807?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187807?page=1&section=1)**

# De olho na economia verde, Finlândia busca estreitar parceria com Brasil

**Naiara Bertão De São Paulo**

Dez mil e seiscentos quilômetros separam Brasília de Helsinque, capital finlandesa. Apesar de não ser um destino tão óbvio por aqui, o país nórdico quer atrair brasileiros para trabalhar em áreas de tecnologia e estreitar relações comerciais com o Brasil. Oito meses após o presidente da Finlândia, Sauli Niinistö visitar o Brasil, Nina Kopola, CEO da Business Finland, agência do governo finlandês com foco em investimentos, financiamento de inovação e atração de talentos para o país, desembarcou em São Paulo em fevereiro.

O objetivo da viagem foi se encontrar com representantes de empresas finlandesas que atuam no Brasil, participar de um evento sobre mulheres na área de tecnologia e se reunir com representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e também da sede da União Europeia no Brasil.

A visita a Brasília no dia 20 de fevereiro, diz Kopola ao Valor, foi positiva. "Tivemos excelentes discussões sobre formas de cooperação para estreitar o relacionamento entre os dois países e temos boas perspectivas para este ano", comenta.

A Finlândia é o 30- investidor direto no Brasil, com US\$ 1,32 bilhão anual. O Brasil é o principal parceiro comercial do país nórdico na América Latina. Em 2022, o comércio entre os dois países movimentou 1,59 bilhão ou US\$ 1,77 bilhão (cerca de R\$ 8,7 bilhões), um aumento de 73% na comparação com 2021 ( 927 milhões/US\$ 1,03 bilhão).

"As exportações dobraram desde 2020, o que mostra que há um interesse do Brasil pela Finlândia, e também entendo que o contrário é verdadeiro", diz, ao citar a visita do presidente finlandês em junho do ano passado, "com uma grande delegação". "Vejo também que tem abertura com o novo governo [do Brasil] para discutir interesses em comum", acrescenta.

As exportações brasileiras para a Finlândia cresceram 204% em 2022 em relação a 2019, passando de 190,19 milhões para 578,76 milhões (R\$ 3,09 bilhões). Já as importações da Finlândia para o Brasil

subiram 140% em 2022 na comparação com 2019, passando de 433,16 milhões para 1,03 bilhão (R\$ 5,51 bilhões).

Segundo a Business Finland, hoje estão instaladas no Brasil cerca de 50 empresas finlandesas, responsáveis por empregar 10 mil pessoas. Os principais setores de atuação são telecomunicações, florestal, mineração, energia e produtos químicos. Estão presentes no país, por exemplo, a Konecranes, de máquinas e equipamentos industriais, com sede em Cotia (SP), a indústria química Kemira, em Or-tigueira (PR), e a companhia de celulose Stora Enso -Veracel Mill, instalada em Eunápolis (BA).

É também uma referência em bioeconomia: é um dos países com as metas climáticas mais ambiciosas do mundo, com a meta de chegar à neutralidade de carbono até 2035. Segundo Kopola, a transição energética é prioritária. Na busca por segurança energética, foi quem implementou o primeiro novo reator nuclear na Europa em mais de 15 anos e expandindo fortemente a geração eólica.

"Temos principalmente energia vinda da água [hidrelétricas], de parques eólicos offshore [no mar], eólicas em terra e pequenas usinas nucleares", conta a executiva.

É um dos países no mundo com menor percentual de fósseis no fornecimento de energia, e, no bloco europeu, um dos menos dependentes inclusive de fontes russas, segundo a Agência Internacional de Energia (IEA). Foi desenvolvido, por exemplo, um terminal flutuante de armazenamento e re-gaseificação capaz de cobrir as necessidades de gás natural da Finlândia e da Estônia. Lançou também uma campanha de sensibilização dos consumidores para reduzir o consumo de energia.

"Diferentemente do Brasil, que tem vento e sol abundante o ano todo, nós não temos. Por isso, estamos investindo em projetos de estocagem de energia", diz. "Não faz sentido termos energia renovável, mas geradores a diesel; a mesma coisa para carro elétrico. Toda a infraestrutura precisa ser estruturada de forma a ser sustentável. Estamos trabalhando bastante para ter infraestrutura inteligente para eletricidade", completa.

A Finlândia também atua em toda a cadeia de fornecimento de baterias, desde a mineração e processamento de matérias-primas até a fabricação de baterias, tecnologias de carregamento e reciclagem.

Em 2021, o governo finlandês lançou a Estratégia Nacional para as Baterias 2025, com 300 milhões. A empresa Feyer está construindo em Vaasa uma fábrica de baterias que promete ser a maior da Europa do seu tipo. "As baterias usadas no final do seu ciclo de vida serão um grande problema mundial. Nós estamos investindo muito em circularidade", conta.

A área de minerais críticos e a cadeia de abastecimento de baterias são vistas como áreas promissoras. A Finlândia possui grandes depósitos de cobalto, níquel, lítio, grafite e outros minerais críticos e já é um grande produtor de vários deles. Foi responsável, por exemplo, por refinar, em 2021, cerca de 10% da produção global de cobalto. A Freeport Cobalt é o único produtor fora da China que fornece cobalto para baterias de íons de lítio. Outras companhias, como Terraframe, Keliber e Nornickel, também investem na produção de níquel, cobalto e lítio.

A busca por inovação e desenvolvimento de novas tecnologias, especialmente na área de energia e bioeconomia, é o motor de um amplo programa do país para atrair talentos de fora e incentivar a ida de empreendedores para fundarem startups no país.

Kopola explica que, apesar de não haver um incentivo especial para estrangeiros se instalarem no país, o fato de as mesmas condições de trabalho aplicarem para pessoas de fora já é um atrativo. "Não há trabalho barato. As pessoas se integram ao sistema de trabalho, ou seja, têm o mesmo tratamento que os demais funcionários, mesmos salários, bônus e relação trabalhista", conta.

O país também tem programas para financiar startups e projetos de pesquisa de inovação. A própria Business Finland tem programa de aceleração e financiamento.

Segundo Alessandra Leone Gagetti, gerente de Talentos da Business Finland no Brasil, o país tem uma vantagem em relação a outros que é a cultura de cooperação e horizontal no mundo corporativo, que, na prática, se traduz em menos hierarquia e maior facilidade de acessar quem toma decisões e quem, eventualmente, pode se interessar em colocar dinheiro e testar em ideias incipientes.

"As maiores cidades do país também contam com centros de suporte aos empreendedores, lugares onde eles podem procurar informações sobre linhas de

crédito, entender como é a cobrança de **impostos** e tirar outras dúvidas", comenta Leone.

Ela acrescenta que, por ser um país pouco populoso - pouco mais de 5,5 milhões de pessoas, metade da população da cidade de São Paulo - o networking é bem mais fácil, o que também facilita a fundadores de startups circularem e conhecerem potenciais parceiros e investidores. A Business Finland também oferece financiamento para pesquisas inovadoras.

Para Kopola, a aplicação de tecnologias para melhorar a qualidade de vida das pessoas e promover o desenvolvimento das cidades pode ser um aprendizado que os brasileiros têm a agregar à Finlândia.

"Para ter cidades saudáveis, você tem que ter tecnologias que a tornem mais funcional. Se tivermos brasileiros com esse tipo de experiência, pode ser frutífero", afirma. Outra frente de interesse na mesma linha é a digitalização de serviços, especialmente com uso de internet de alta velocidade, para gerar benefícios à população. Para ela, casos bem-sucedidos em São Paulo, por exemplo, uma cidade grande e com muitos desafios, podem ser promissores no país nórdico. Nessa linha, também buscam experiências em infraestrutura para expansão da conectividade. Os temas de bioeconomia e florestais estão também no radar de interesse. "Há um bom "fit" das políticas do Brasil e da Finlândia na área", finaliza.

A bioeconomia tem papel significativo na economia finlandesa: em 2021, a produção anual foi de quase 79 bilhões (R\$ 442,5 bilhões) e o setor emprega cerca de 300 mil pessoas diretamente. Por isso, a cooperação em ciência, tecnologia e inovação, diz a executiva, é um dos principais eixos das relações bilaterais.

"As maiores cidades do país também contam com centros de suporte aos empreendedores "

Alessandra Leone Gagetti

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187807?page=1&section=1>

# Mercado reduz projeção de inflação e eleva a do PIB

*I FERNANDA TRISOTTO/BRASÍLIA*

O mercado reduziu a projeção de **inflação** e elevou a do Produto Interno Bruto (**PIB**) para 2024, de acordo com o novo Boletim Focus, uma compilação feita pelo Banco Central com as principais estimativas de bancos e consultorias. A projeção para o IPCA fechado no ano recuou de 3,8% para 3,76% (um mês antes, estava em 3,81%). Já a estimativa para 2025 foi mantida em 3,51%. A meta de **inflação** para 2024 e 2025 é de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em relação ao **PIB** de 2024, o mercado revisou para cima sua projeção, de 1,75% para 1,77%, ante 1,60% de um mês atrás. Para 2025, o documento trouxe manutenção da estimativa de 2% de crescimento.

O número do mercado para 2024 ainda está abaixo da projeção do governo, que vê espaço para uma alta de 2,2%, a despeito da expectativa de menor colaboração do setor agrícola para o nível geral de atividade no País.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>



# Galípolo vê penalidade com fim de plural na sinalização do BC

**Álvaro Campos De São Paulo**

O diretor de política monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, admitiu que o "plural" na sinalização da autoridade monetária sobre possíveis cortes de juros tem chamado atenção dos agentes de mercado e que uma eventual mudança nessa palavra pode gerar uma penalidade nas expectativas.

O dirigente afirmou ainda que "já está no preço" uma eventual mudança na meta fiscal para déficit de 0,8% do **PIB**, como projetam os analistas. Galípolo repetiu que, de acordo com a pesquisa Focus, o mercado espera um déficit desse patamar neste ano, e que pesquisas apontam que mais de 75% dos agentes preveem uma mudança na meta oficial de zerar o déficit em 2024. Nesse sentido, disse ele, se vier essa mudança com uma nova meta de déficit de 0,8%, isso já "está relativamente no preço". E, se vier uma meta menor, "é uma boa notícia".

Sobre a sinalização dos próximos passos, Galípolo disse que o BC sabia que, quando chegar o momento de fazer uma mudança nesse plural, pode existir uma penalidade. Ele afirmou que a indicação gera um "trade-off". Se por um lado reduz a volatilidade, por outro diminui o grau de liberdade de atuação do BC. "Por enquanto, acho que foi um guidance que deu bastante certo", disse, ressaltando que acima do "guidance" vem a dependência de dados, ou seja, está condicionado ao cenário.

Questionado sobre qual seria o impacto da mudança no "plural" e se isso tem efeito na Selic prevista para o final do ciclo de ajuste, ele afirmou que "mudanças no guidance não necessariamente significam relação com taxa de juros terminal". "Faltam informações se revelarem ainda para que a gente possa conseguir tatear qual a taxa de juros terminal [a do fim do ciclo]." Para Galípolo, a menor volatilidade no câmbio é resultado de uma série de medidas macroeconômicas e isso é bom para sociedade. Ainda assim, lembrou que o BC não tem meta para câmbio e que o regime flutuante é a primeira linha de defesa.

Sobre os protestos do funcionários do BC por aumento de salário, Galípolo afirmou que as "demandas trabalhistas dentro do BC são absolutamente legítimas e válidas". Em relação a uma discussão mais recente, de dar autonomia financeira para a autarquia, ele disse

que a discussão é pertinente, assim como deve-se pensar se é possível melhorar qualquer política pública.

Galípolo lembrou que essa discussão deve envolver os funcionários do BC, Poder Executivo, Legislativo e a sociedade. "Se a sociedade entender quais são os objetivos, porque se está discutindo melhorias institucionais, acho que parte desse Fla-Flu se arrefece e consegue-se discutir o que é melhor", afirmou, se eximindo de dizer se é favorável ou contrário à medida.

**Site:** <https://valor.globo.com/virador#/edition/187807>